

## **Parecer nº 389 / 2021 - PRE/DG/ASJUR**

1. Retornam os autos a esta Assessoria de Licitações e Contratos e Questões Administrativa, para análise de impugnações ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 14/2021, apresentadas pelas empresas HORUS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA EIRELI e DATEN TECNOLOGIA LTDA, por meio dos documentos n.ºs. [1676930](#) e [1682965](#), respectivamente.

2. As duas impugnações giram em torno da mesma questão, apontando, em síntese, que o edital contém condição restritiva, injustificada, consubstanciada na exigência de que os itens 1, 2, 3 e 5 possuam "*certificação EPEAT SILVER*".

3. Em linhas gerais, as impugnantes se opuseram à certificação EPEAT, e, ainda, à específica classificação na categoria SILVER.

3.1. A segunda abordagem (*categoria SILVER*) foi tratada pela empresa HORUS, que, neste particular, aduziu:

"10. Sabe-se que o EPEAT é um rótulo ecológico gerenciado pela Green Electronics Council (GEC), que está em fase de transição entre os critérios adotados na anterior certificação de 2009, para atual de 2018. Tal transição incluiu uma profunda alteração em sua normatização, com acréscimos de diversas novas exigências internacionais para reciclagem dos produtos fim-de-vida, impondo, inclusive, novas exigências para as próprias empresas de reciclagem.

11. Frise-se que ao longo dos anos, a categoria "Silver" ou superior (Gold) foi considerada referência de qualidade e confiabilidade diante do mercado. Ocorre que recentemente, no dia 29/junho/2019, por conta de todas essas mudanças realizadas, os produtos certificados segundo os critérios de 2009, foram arquivados pelo GEC.

(...)

14. Vale ressaltar que a própria entidade gerenciadora do EPEAT (GEC), publicou diversas orientações para os compradores a respeito desta fase de transição, ressaltando, inclusive, que não sejam mais exigidas classificações em categorias determinadas (Gold, Silver e Bronze), senão vejamos:

(...)

15. Em simples tradução do trecho acima grifado, extrai-se: "*É importante que os compradores não restrinjam seu acesso aos produtos; portanto, recomendamos que o comprador modifique as especificações do contrato e agora exija apenas "EPEAT" e não especifique*

*necessariamente uma camada específica, como Prata ou Ouro". (grifos e destaques nossos)"*

3.2. Para a primeira abordagem (exigir-se apenas a *certificação EPEAT*), as impugnantes sustentaram:

#### **HORUS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA EIRELI**

"18. Outro motivo que evidencia tamanha restrição, é que atualmente, existe APENAS poucos fabricantes e (INTERNACIONAIS),e, para o objeto aqui a ser contratado (mini desktops), cujos produtos com a classificação SILVER estão registrados no Brasil.

19. Ou seja, essa Administração Licitante ao solicitar exclusivamente a categoria Silver ou Superior (Gold) do EPEAT, além de restringir a participação de diversas empresas que se encontram registradas na EPEAT, estará frustrando também a oferta de uma proposta mais vantajosa, dado ao numero restritivo de fabricantes de mini Desktops classificados na categoria Silver ou Superior (Gold) registrados no Brasil.

20. Quanto à exigência da certificação EPEAT na categoria Silver ou superior (Gold), diversas equipes técnicas, após análises e revisões minuciosas das Especificações Técnica da tal exigência, de igual forma já reconheceram o caráter restritivo da especificação, aceitando apenas o certificado EPEAT, independente das categorias em que as fabricantes estejam listadas, dado ao reconhecimento aos requerimentos e atendimentos das exigências pelas fabricantes de Desktop, Mini Desktops e Notebooks, sendo este o critério mais justo e transparente para Administração Pública, ou ainda, aceitando outro certificado específico citado diretamente, por exemplo; a Certificação EPEAT ou Certificação ISO 14000 ou ABNT ou Portaria 170 INMETRO, que tenha realmente uma correlação e em conformidade com diversos pareceres já publicados pelo TCU. (SEGUE ANEXO A ESTA IMPUGNAÇÃO COMO COMPLEMENTO OS ACÓRDÃOS DO TCU QUANTO AO TEOR DESTE INSTRUMENTO)."

#### **DATEN TECNOLOGIA LTDA**

"1. Versando sobre EPEAT, podemos afirmar que é uma certificação ambiental que comprova que o equipamento está em conformidade com os padrões sustentáveis, tendo como base a norma técnica ambiental IEEE 1680. Essa afirmação pode ser comprovada na imagem abaixo, recortada do próprio site do EPEAT, precisamente no link: <http://greenelectronicscouncil.org/epeatcriteria/>: (...)

2. Outro ponto que se deve considerar ao EPEAT é o programa é gerenciado pela Green Electronics Council (GEC), uma empresa sediada nos EUA e que tem suas

normas baseadas na legislação dos Estados Unidos e da União Europeia.

3. Esclarecido e comprovado que o EPEAT é uma certificação ambiental, baseada na norma técnica IEEE 1680, sendo emitida por uma entidade internacional. No Brasil, por sua vez, temos a certificação conhecida como Rótulo Ecológico, que é emitida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para os computadores fabricados exclusivamente no Brasil. E, assim como o EPEAT, o Rótulo Ecológico da ABNT também é baseado na norma técnica IEEE 1680, além de ser credenciado pelo INMETRO.

4. O Rótulo Ecológico também abrange outras normas técnicas de segurança e sustentáveis, como a Port. 170 do INMETRO, Directive 2006/66/EC (RoHS), ABNT NBR 13230, Eco Mark 119, Eficiência Energética, ABNT NBR ISO 14020, ABNT NBR ISO 14024, ISO 14001 e etc., conforme pode-se observar na imagem abaixo, recortada do documento PE351.01, que descreve os procedimentos para se obter o Rótulo Ecológico, disponível no link: <http://www.abntonline.com.br/CERTODADOS/Document.aspx?a=ZtTj2QPSsvPPjimJyhkuAQ%3d%3d>: (...)

5. É importante esclarecer que a ABNT desenvolveu a certificação ambiental (Rótulo Ecológico) para os computadores após estudos de adequação à legislação e à realidade local, com ampla discussão em audiências públicas. Portanto, o Rótulo Ecológico é voltado para a realidade do mercado brasileiro, que além de exigir que o equipamento esteja em conformidade com os critérios da norma IEEE 1680 (a mesma norma utilizada pelo EPEAT), também exige que o equipamento atenda outras normas sustentáveis e de segurança, já explicado acima e disponível no documento PE-351.01.

6. A ABNT vem realizando a quase um século, o estudo, a adequação, certificação e fiscalização das normas brasileiras, tal entidade é creditada e conceituada internacionalmente. Solicitar uma certificação estrangeira, utilizando o alarido de que a mesma é o melhor para o mercado nacional é no mínimo desrespeitoso com as renomadas entidades certificadoras Brasileiras, deixando claro, uma predileção desarrazoada por certificações estrangeiras e a falta de crença na competência dos serviços nacionais.

7. A ABNT disponibilizou no seu site um informativo demonstrando as equivalências das certificações EPEAT x ABNT e ROHS x ABNT e o Procedimento da Certificação ABNT para Bens de Informática, podendo ser consultado no link: <https://www.abntonline.com.br/sustentabilidade/Rotulo/setores/BensInformatica>.

(...)

10. Portanto, considerando que existem outras certificações nacionais reconhecida pelo INMETRO equivalente ao EPEAT, se faz necessária a alteração do Edital para incluir essas certificações, conforme sugestão abaixo: (...)"

4. Instada a se manifestar (docs. n.ºs. [1677243](#) e [1682965](#)), a Unidade demandante, por meio do documento n.º [1692916](#), afirmou: *"Considerando as informações constantes no sites da EPEAT, ABNT e do TCU, estamos de acordo com a inclusão do certificado de Rotulagem Ambiental emitido pela ABNT e/ou Certificado EPEAT."*

4.1. Na mesma oportunidade, acresceu: *"Além do pedido de impugnação, houve alguns questionamentos quanto à potências exigida das fontes de alimentação dos equipamentos. Dessa forma, optamos em não definir a potência das fontes já que o dimensionamento é uma prerrogativa do fabricante."*

4.2. Assim feito, juntou novo Termo de Referência (doc. n.º [1692933](#)).

5. Até então, não vimos registros do usual retorno dos autos ao Pregoeiro.

É o breve Relatório.

6. Diante da manifestação da área demandante (doc. n.º [1692916](#)), não existiria qualquer dúvida quanto ao obrigatório acolhimento das impugnações, para que fosse retirada do edital a exigência de certificação EPEAT SILVER, para os itens 1, 2, 3 e 5.

6.1. Aliás, a questão foi objeto de pedido de esclarecimento, ocasião em que a área demandante poderia ter reconhecido a necessidade de alteração, ou apresentado justificativa para tal exigência, que, de fato, é restritiva, ainda que se limitasse a um número razoável de empresas aptas.

6.2. Entretanto, em sua resposta (doc. n.º. [1675043](#)) limitou-se a afirmar: *"O entendimento não está correto. Prevalecerá a certificação constante no Edital."*

6.3. Neste ponto, cumpre lembrar que a Lei n.º 8.666/93 proíbe a fixação de condições que frustrem o caráter competitivo do certame. Vejamos:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento

convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

6.3.1. A par disso, o setor demandante estaria obrigado a justificar a exigência da certificação em pauta, não podendo ser aceita resposta tão concisa, que nada informava, agravando-se este fato com o posterior reconhecimento da necessidade de alteração, demonstrando, no mínimo, ausência de domínio e/ou estudo sobre o tema.

6.4. Conquanto esta unidade de assessoramento procure adentrar em vários aspectos da contratação, a ênfase na análise será, sempre, para aqueles estritamente jurídicos, sendo forçoso reconhecer a natural limitação quanto aos aspectos que envolvam a especificação dos bens, salvo algo que nitidamente contenha erro grosseiro, o que, salvo melhor juízo, não se aplica, *in casu*.

7. Nesse contexto, embora não tenha sido objeto de impugnação, vimos que outras dúvidas foram levantadas em torno da especificação dos itens, tendo a área demandante, de igual modo, aquiescido com a promoção de algumas alterações.

7.1. Resta, assim, a obrigatória necessidade de se alterar o edital, para a revisão da especificação dos itens, nos termos do novo TR acostado aos autos (doc. nº [1692933](#)).

8. Em verdade, a indevida restrição à certificação EPEAT poderia ensejar a anulação do certame, porém, o acolhimento das impugnações permitirá que a Administração reveja as condições do ato convocatório e, na prática, levará à mesma consequência: republicação do edital, desta vez, com a exclusão dos vícios/impropriedades.

9. Quanto à específica condição restritiva e que impulsionou as impugnações, parece-nos que a solução adotada pela área demandante estará adequada para garantir a aquisição de bens com *selo ambiental*, concedido, salvo engano, com base na utilização de "*critérios de redução de impactos negativos ao longo das etapas do ciclo de vida do produto em áreas como, por exemplo, otimização de uso de material, eficiência energética, redução de geração de resíduos sólidos, efluentes e emissões*

*atmosféricas, entre elas as emissões de gases de efeitos estufa, entre outros", conforme descrito em site da ABNT<sup>1</sup>.*

9.1. A propósito, no antigo TR havia a indicação do *link* para se fazer a consulta da certificação. Julgamos adequado que se faça semelhante indicação no novo documento.

10. Ante o exposto, opinamos pelo acolhimento das impugnações apresentadas pelas empresas HORUS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA EIRELI e DATEN TECNOLOGIA LTDA, para que, de relação aos itens 1, 2, 3 e 5, se exclua a exigência de certificação exclusivamente na categoria "EPEAT SILVER", ampliando-se a forma de comprovação, pelas licitantes, dos bens possuírem *selo ambiental*.

10.1. Deve, ainda, ser alterado o edital, para promoção das demais mudanças propostas pela área demandante, embora não se relacionem com as peças de irrisignação.

10.2. Cumpre-nos lembrar que deve ser avaliada a necessidade de nova pesquisa de preços, tanto em razão das mudanças, bem como, e talvez precipuamente, pelo tempo já decorrido.

11. Por fim, a considerar a data em que o certame se iniciaria, salutar que se registre a situação, no sistema, do Pregão nº 14/2021. Neste ponto, não se registrou nos autos qualquer providência adotada no Comprasnet, desde então, inclusive quanto às respostas dadas aos esclarecimentos.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.